

Medidas do setor elétrico serão votadas terça, anuncia Sarney

Presidente do Senado disse ontem que as medidas provisórias (MPs) que promovem mudanças no setor energético serão votadas na próxima terça-feira. José Sarney fez o anúncio enquanto a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, reunia-se com senadores. Hoje, o Plenário deve votar as MPs que destinam recursos à educação de portadores de deficiência e à modernização da frota pesqueira.

Página 3



Gerardo Magela

ENTENDIMENTO Sarney (C) reuniu-se com as lideranças partidárias em busca de acordo para rápida votação das medidas provisórias do setor energético

Tuma e Lúcia Vânia pedem recursos para o Peti

Decisão do governo federal de retirar recursos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) é condenada por Romeu Tuma e Lúcia Vânia, que destacam importância do projeto.

Página 8

Senadores capixabas querem manter venda da Garoto. Cade justifica veto

Páginas 4 e 5



Célio Azevedo

AUDIÊNCIA Senadores da CAE debatem com membros do Cade a proibição da venda da Garoto à Nestlé

Mantega vai explicar cortes no Orçamento

O ministro do Planejamento, Guido Mantega, concordou em explicar o contingenciamento aos parlamentares. Comissão de Orçamento se reúne hoje para tentar votar o Plano Plurianual (PPA).

Página 8



DIVERGÊNCIA Problema envolve diferentes etnias "que não se entendem", afirma Mozarildo

Mozarildo alerta para iminência de conflito em área indígena

Ao informar que o clima de tensão na área das reservas Raposa/Serra do Sol está se agravando a cada dia e que aumenta o temor de uma guerra entre comunidades indígenas, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) pediu ao Ministério da Justiça que envie ao local, o mais rápido possível, policiais federais para manter a ordem. Ele disse que o contingente de policiais na região é pequeno e insuficiente para evitar um conflito.

Com base em matéria publicada na edição de ontem do jornal *Brasil Norte*, de Roraima, Mozarildo comunicou que o Ministério Público Federal já relacionou o nome de 18 estrangeiros que estão trabalhando para entidades religiosas na terra indígena.

– Quero alertar novamente sobre o conflito instalado na Raposa/Serra do Sol. Os próprios índios, pertencentes a etnias diferentes, não se entendem. A maioria não quer a demarcação daquelas terras no modelo que a Funai está impondo – afirmou Mozarildo Cavalcanti.

Agenda

Plenário antecipa sessão e vota crédito para frota pesqueira



Na sessão de hoje, antecipada para as 10h, deverão ser votados dois projetos de lei de conversão, sendo um que institui financiamento para modernização da frota pesqueira (PLV 4/04) e o outro que cria o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência (PLV 3/04). Os projetos relativos ao setor energético, que constavam na pauta de ontem, podem ficar para terça-feira.

Sarney recebe secretária de Política para Mulheres

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 15h30, o líder do movimento negro do PMDB nacional, Osvaldo Ribeiro, acompanhado de outras lideranças. Às 17h, o presidente tem audiência com a secretária Especial de Políticas para Mulheres, Nilcéa Freire (foto). Sarney, que estava afastado em função de problema renal, retomou terça-feira as atividades da Presidência.



Viçar/Saines, Radialbrás

Comissão de Orçamento volta a examinar o PPA

A falta de acordo entre as lideranças continua impedindo a votação do relatório ao projeto do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007. A Comissão Mista do Orçamento (CMO) reúne-se, às 10h, para tentar retomar a discussão do PPA (PLN 30/03),

que está na pauta do colegiado desde o fim de 2003 e teve a análise adiada sete vezes. A CMO discute ainda mensagens e avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas em órgãos públicos.



CAE realiza debate sobre a Lei de Falências

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) retoma hoje, às 10h, a série de audiências públicas para discutir a Lei de Falências (PLC 71/03). Participa da reunião o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (CBIC), Paulo Safady Simão. O relator da proposta, senador Ramez Tebet (PMDB-MS) – foto –, deve apresentar o seu parecer após o carnaval.

Demarcação de terras indígenas

A demarcação das terras indígenas em Roraima e em Mato Grosso do Sul volta a ser tema de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), às 10h. Serão ouvidos membros do Ministério Público, além dos governadores de Roraima, Flamarion Portela, e de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT. O colegiado ouve ainda a exposição de quatro senadores que visitaram as regiões em conflito.



Senadores falam à CRE

Ainda na pauta da CRE, às 10h, a exposição dos senadores Marcelo Crivella e Hélio Costa sobre a missão parlamentar que negocia a repatriação de 922 brasileiros detidos nos Estados Unidos da América por imigração ilegal. Os parlamentares visitaram presídios norte-americanos no começo deste ano.

Necessidades especiais

A TV Senado exhibe hoje, às 19h, um especial sobre portadores de necessidades especiais, como parte de uma série que mostra temas de repercussão nacional que foram discutidos pelos senadores no ano passado. No programa, serão mostrados projetos aprovados sobre o assunto e os que ainda tramitam na Casa.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



MORALIZAÇÃO Para Maguito, financiamento público das campanhas deve ser prioridade

Maguito quer urgência na votação da reforma política

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) pediu ontem que o Congresso vote a reforma política ainda em 2004. Além de considerá-la a "mãe de todas as reformas", ele enfatizou a necessidade de aprovação da fidelidade partidária – para acabar com o troca-troca de partidos – e do instituto do financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais, para moralizar a cena política do país.

Maguito ressalta que a fidelidade partidária acabará com o costume do político de usar seu mandato como "moeda de troca" para receber favores, utilizando os votos recebidos para servir a interesses escusos e não para defender os interesses de seus eleitores. O senador apresentou projeto de lei exigindo quatro anos de domicílio eleitoral e filiação partidária para que um candidato se apresente para concorrer.

Corrupção

Em relação ao financiamento público exclusivo, Maguito afirmou que o custeio das campanhas é o principal foco de corrupção da vida pública. A "gastança" dos financiadores é compensada por favores e tráfico de influência, observou, acrescentando que é preciso aparelhar a Justiça Eleitoral e o Ministério Público para fiscalizar rigorosamente os gastos.

Em aparte, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) disse que o financiamento público não moralizará as campanhas, pois o candidato que representa um segmento abastado da sociedade continuará sendo financiado. Papaléo Paes (PMDB-AP) questionou a eficácia da medida e Almeida Lima (PDT-SE) lembrou não ser só o dinheiro que elege candidatos, mas também as pesquisas eleitorais.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Comissão de Justiça aprova projeto que cria cargos no TST

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) a projeto da Câmara (2/04) que transforma 118 funções comissionadas em 28 cargos em comissão no quadro pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho (TST). O projeto segue agora para votação do Plenário.

De acordo com o projeto, sugerido pelo próprio TST, os cargos serão preenchidos por servidores do tribunal e se destinam a dar maior agilidade aos trabalhos daquela corte. A criação dos cargos não vai implicar em aumento de despesas, uma vez que, conforme informou Tourinho,

a composição orçamentária do TST já inclui os valores.

Na discussão da matéria, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) mostrou-se contrário à criação de cargos comissionados. Segundo ele, esses cargos "abrem as portas para o nepotismo e o apadrinhamento político". O senador disse preferir o preenchimento de cargos por meio de concurso público, razão pela qual votou contra a proposição.

Violência doméstica

Na mesma reunião, a CCJ, presidida pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), rejeitou, por consenso, duas emendas de Plenário ao projeto da Câmara 102/03, que inclui no Código Penal a punição contra a violência doméstica, que passa a ser acolhida como modalidade especial do crime de lesão corporal. O projeto retorna para votação do Plenário do Senado.

A primeira emenda rejeitada, apresentada por Serys Slhessarenko (PT-MT), tinha como objetivo incluir como violência doméstica a praticada em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva com a mulher.

A segunda emenda rejeitada, de Demostenes Torres (PFL-GO), alterava o artigo 121 do Código Penal. Para os membros da CCJ, as propostas estão contempladas no projeto original.

Votação das novas regras para o setor elétrico fica para terça-feira

Negociações devem prosseguir no fim de semana e governo pode aprovar o novo modelo energético

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou em Plenário ontem que as medidas provisórias (MPs) que promovem mudanças no setor energético brasileiro serão votadas na próxima terça-feira. O anúncio de Sarney se deu enquanto a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, se reunia com senadores, na liderança do governo, para negociar um acordo para a aprovação das medidas.

Participaram da reunião com a ministra o líder do governo, Aloizio Mercadante; o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL); a futura líder do PT e do bloco de apoio ao governo, Ideli Salvatti (SC); o representante da oposição, Rodolpho Tourinho (PFL-BA); e o relator das MPs, Delcídio Amaral (PT-MS).

Ao final da reunião, Mercadante afirmou que houve um grande avanço na negociação, chegando-se a "uma base consistente para a constituição de um acordo". O senador considerou que é "pouco provável se obter o consenso em um tema polêmico como esse", mas dis-



ENTENDIMENTO Ministra Dilma Rousseff negocia com senadores mudança na proposta do governo

se acreditar em uma votação tranqüila no Senado.

Para Mercadante, o novo modelo energético irá aprimorar a regulação, definindo "critérios que preservam os interesses dos consumidores, respeitam contratos e estimulam investimentos". Segundo ele, a principal demanda da oposição é para que as MPs sejam votadas na terça-feira, assegurando que a Câmara possa examinar a matéria, de forma terminativa, na próxima semana.

A ministra avaliou, ao sair da reunião, que as negociações se aproximam do final. Entre as alterações propostas, destacou considerar "bastante correta" a sugestão de que o repasse dos custos para as tarifas seja feito de forma neutra, pelas próprias distribuidoras. Segundo ela,

isso ainda não fora contemplado porque o modelo proposto não mexe na política tarifária.

Dilma Rousseff considerou fundamental a separação dos leilões de energia elétrica entre geradoras antigas e novas. A distinção se faz necessária, explicou, porque a energia "velha" não tem os mesmos riscos que a "nova", que apresenta riscos nas obras de engenharia, no financiamento e na amortização do custo de capital.

Contribuições

Para o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), a Casa votará, na terça-feira, um texto de qualidade muito melhor que a MP enviada pelo governo. O senador participou ontem de discussão que reuniu o presidente do Senado, José Sarney, e os senadores Mercadante e De-

mostenes Torres (PFL-GO).

– Depois de exaustivas tentativas de acordo que faremos no fim de semana, a gente pode até bater chapa, mas será em cima de um texto melhor para o setor elétrico – afirmou.

Em nome do PFL, o senador Demostenes Torres disse que, nos próximos dias, vai ser tentado um acordo para que se estabeleça um marco regulatório capaz de atender o país e atrair investidores.

– Mesmo que não haja acordo total, a oposição vai tentar o aprimoramento da medida. O marco regulatório não é bom. Não podemos votar de forma açodada e deixar o país em dificuldade – avalia Demostenes. Mercadante também deixou a reunião considerando positivo o acordo ali feito.

Proposta corrige distorções, afirma Valadares

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu ontem a aprovação das duas medidas provisórias que definem um novo modelo elétrico para o país. Ele destacou que o arranjo proposto vai restabelecer o controle do governo sobre o setor e eliminar as distorções do modelo atualmente em vigor no país.

Os objetivos anunciados pelo Ministério de Minas e Energia são garantir tarifas mais baixas para os consumidores, afastar o risco de racionamento, estabelecer um marco regulatório estável e criar condições para a retomada dos investimentos no setor elétrico.

– Sabemos que a energia elétrica é fundamental para o desenvolvimento do país. Um setor elétrico organizado é capaz de levar um país aos saltos no espaço do desenvolvimento in-



CRESCIMENTO Para Valadares, energia elétrica é fundamental para o desenvolvimento do país

ternacional. Por outro lado, vimos o que ocorreu em 2001, quando equívocos da administração passada levaram ao racionamento de energia elétrica – afirmou Valadares.

O senador saudou a iniciativa de desverticalizar o setor, ou seja, impedir que uma empresa possa gerar e distribuir ener-

gia em uma mesma região. Para exemplificar, ele lembrou que o modelo atual permitiu que uma distribuidora, em Pernambuco, deixasse de comprar energia da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) por R\$ 56 reais para comprar por mais de R\$ 100 da geradora do próprio grupo empresarial, com o ônus da transação repassado aos consumidores.

Valadares também cumpriu a ministra Dilma Rousseff por ter atendido a sugestão dos especialistas de criar uma empresa com a finalidade de retomar o planejamento estratégico do setor.

A Empresa de Pesquisa Energética, segundo o senador, buscará regiões onde podem ser instaladas novas usinas e promoverá estudos de viabilidade técnico-econômica e socioambiental.

Plenário deve votar hoje medidas que trancam a pauta

O Senado vota hoje, às 10h, dois projetos de lei de conversão (PLV) que alteram as medidas provisórias (MPs) 139/03 e 140/03.

A MP 139 – alterada para o PLV 3/04 – foi editada para resolver a polêmica em torno do veto do presidente Lula a projeto aprovado no Congresso que destinava recursos para entidades que cuidam de pessoas portadoras de deficiências. O relator é o senador Hélio Costa (PMDB-MG).

O PLV 4/04, que altera a MP 140, cria programa de financiamento direcionado à ampliação e modernização da frota pesqueira e é relatado por Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

VENDA DA GAROTO

Debate sobre decisão que proíbe a compra da empresa de chocolates Garoto pela Nestlé reúne autoridades capixabas, conselheiros do Cade, empresários e empregados

Bancada capixaba defende negócio com a Nestlé

A mudança da decisão que vetou a compra da Chocolates Garoto pela Nestlé foi defendida ontem pelos três senadores da bancada capixaba – Magno Malta (PL), João Batista Motta (PMDB) e Gerson Camata (PMDB) – durante debate na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado sobre o assunto.

O presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), pediu ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que reveja a medida. O governador em exercício do Espírito Santo, Wellington Coimbra, anunciou que vai ingressar na Justiça contra a decisão. O presidente do Cade, João Grandino Rodas, e outros conselheiros presentes justificaram a proibição imposta pelo colegiado.

Ao solicitar ajuda do governo federal para solucionar o pro-



SOLUÇÃO João Batista Motta, Magno Malta e Gerson Camata reivindicam mudança da deliberação do Cade

blema, Magno Malta disse que a operação entre a Garoto e a Nestlé envolve US\$ 150 milhões e 3 mil empregos. O senador observou que a empresa formada com a fusão da Brahma e da Antártica, a Am-Bev, ficou com cerca de 75% do mercado, e o negócio foi autorizado, enquanto “a Garoto e Nestlé juntas têm 55% do mercado, mas o Cade proibiu a venda”. Em resposta a Malta, o presidente do Cade, João



Grandino Rodas, afirmou que a decisão foi tomada pensando-se em um mal menor.

O senador João Batista Motta disse que há dois pesos e duas medidas nas decisões do Cade. Na opinião dele, a decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica serviu a interesses escusos, contrários ao Espírito Santo. “O Cade foi criado para evitar fusão de duas grandes empresas que objetivem o monopó-



lio de um mercado. Não é o caso”, garantiu o parlamentar.

Conciliação

Autor do requerimento para realização da audiência pública, o senador Gerson Camata pediu que seja feita uma conciliação na Comissão de Assuntos Econômicos em busca de uma solução que preserve a concorrência sem comprometer os investimentos e os empregos no estado.

– As decisões do Cade sobre

a Kolynos e a Colgate e sobre a Antarctica e a Brahma foram corretas. A forma da decisão da compra da Garoto pela Nestlé é que não foi correta. Vamos sentar Garoto, Nestlé e Cade e acertar os limites de produção, a alienação de partes da Garoto que estão ultrapassando os limites da concorrência, como foi feito nos casos da Ambev e da Colgate Kolynos. É preciso manter a concorrência, mas é preciso manter os empregos – sugeriu Gerson Camata.

O governador em exercício do estado, Wellington Coimbra, criticou duramente, na audiência, a decisão do Cade, que pretende anular por via judicial. Na sua avaliação, o resultado final dessa posição do colegiado deve ser a “preservação de uma planta física sucateada”, com grande número de desempregados.

Tebet pede ao Cade que reveja decisão que vetou compra

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ramez Tebet, apelou aos membros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para que revejam a decisão que proibiu a venda da fábrica de chocolates Garoto à Nestlé, sem a necessidade de que o Senado tome providências.

– O governador do Espírito Santo e a bancada do estado irão nesta quinta-feira (*hoje*) ao Cade e espero que seja encontrada uma solução para o caso, porque quem vai bem não pode ser prejudicado – disse.

O senador pediu desculpas pelo desabafo e, emocionado, afirmou que não estava fazendo nenhuma ameaça, e alertou: “Os membros do Cade são aprovados pelo Senado, e não podemos nesta Casa ficar alheios a uma decisão que prejudica todo um estado, toda uma população”.

O prefeito da cidade de Vila Velha (ES), Max Filho, com o apoio do senador Magno Malta, sugeriu que o Senado Federal aprove resolução cancelando a medida.



DISCUSSÃO Dirigida por Tebet (C), audiência contou com a presença de autoridades capixabas, conselheiros, empresários e empregados

Conselheiros justificam medida contra operação

Um dos membros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que votaram contra a compra da fábrica de chocolates Garoto pela Nestlé, Thompson Almeida Andrade disse, na audiência pública sobre o assunto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que as decisões do conselho são tomadas depois de pareceres de quatro outros órgãos do Executivo. “Dos quatro órgãos, três deles deram pareceres contrários, exatamente iguais ao do Cade”, esclareceu Thompson Andrade.

O presidente do Cade, João Grandino Rodas, único voto no conselho favorável à operação, afirmou que se baseou na convicção pessoal para aprovar a compra da Garoto pela Nestlé. “Levei em conta, principalmente, o *caput* do artigo 170 da

Constituição, que diz que a ordem econômica “será fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa”. Ele explicou que também foi voto vencido quando se julgou, no Cade, a fusão de bancos.

Concorrência

Já o conselheiro Roberto Augusto Castellanos Pfeifer declarou que seu voto contrário à compra da Garoto se deveu à concentração excessiva que ocorreria no mercado e à dificuldade da Nestlé em lançar produtos novos ou mudar a marca dos produtos tradicionais da Garoto. “Os eventuais aumentos de preço da Nestlé não poderiam ser combatidos pela única concorrente forte que restaria no mercado, a Lacta”, observou. Pfeifer falou na audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos que

analisou a decisão do Cade contrária ao negócio.

Ainda que reconheça a preocupação manifestada com a ameaça de desemprego dos trabalhadores da fábrica de chocolates Garoto, o conselheiro Cleveland Prates Teixeira ponderou que a concentração de um setor da economia nas mãos de uma ou poucas empresas tem efeito negativo na geração de emprego na cadeia produtiva.

Surpresa

Também presente à audiência, o diretor jurídico da Nestlé, Humberto Maccabelli, declarou que a empresa esperava que a regulação do mercado fosse feita “de uma maneira menos violenta”. A decisão do Cade, afirmou, foi uma surpresa para a Nestlé.

Já a presidente do Sindicato

dos Trabalhadores na Indústria Alimentícia do Espírito Santo, Linda Moraes, afirmou que os empregados estão tensos e esperam que a futura proprietária da Garoto mantenha os investimentos anunciados pela empresa suíça.

O presidente da CAE, senador Ramez Tebet, observou, em apoio à pergunta da presidente do sindicato, que a futura venda da Garoto realmente pode provocar inquietação junto aos trabalhadores. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que, de acordo com a exposição de Thompson Andrade, a venda do controle da empresa capixaba poderia ampliar o grau de concorrência no setor de chocolates. A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) questionou os possíveis efeitos da decisão do colegiado.

VENDA DA GAROTO

Para Suplicy, é preciso manter a concorrência e os empregos na fábrica

O mais importante no caso Nestlé-Garoto é a preservação da livre concorrência e, ao mesmo tempo, a manutenção dos empregos da fábrica de chocolates do Espírito Santo, afirmou, em Plenário, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

O senador destacou que um dos diretores da Nestlé garantiu, na audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, que a empresa não pretende fechar ou demitir funcionários da Garoto até o desfecho do caso no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

No mesmo pronunciamento, Suplicy lamentou o assassinato por policiais, em São Paulo, do dentista Flávio Ferreira Santana, de 28 anos, que teria sido confundido com um assaltante. O senador pediu a transcrição nos Anais do Senado de ar-



GARANTIA Eduardo Suplicy afirma que Nestlé não pretende demitir na fábrica capixaba

tigo do jornalista Elio Gaspari sobre esse assunto, sob o título "Esta é a cota que te cabe deste latifúndio". O parlamentar leu, emocionado, a frase do pai do dentista assassinado: "Eu conheço o sistema. Se ele fosse branco, não teria morrido".

Malta espera acordo rápido

O senador Magno Malta (PL-ES) disse em discurso no Plenário, após a audiência pública, ter esperança de que, hoje, saia um acordo que modifique a decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), de proibir a venda à Nestlé da fábrica de chocolates Garoto, instalada na cidade de Vila Velha (ES). "Essa decisão mobilizou todo o povo do Espírito Santo", frisou.

Ele informou que já conseguiu o número de assinaturas necessário para encaminhar requerimento de criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar a decisão do Cade, mas disse esperar que não seja preciso fazê-lo.

– Não vamos assistir, chorando, à maior empregadora do Espírito Santo fechar suas portas e deixar 3 mil desempregados na rua, por causa do capricho de técnicos, gênios de Harvard – assinalou.

Segundo Malta, o Espírito Santo corre ainda o risco de perder outros investimentos que estavam sendo planejados pela Nestlé, como a implanta-

ção de uma fábrica de café solúvel. O parlamentar elogiou a solidariedade dos demais senadores, que prontamente assinaram o requerimento de instalação da CPI, e lembrou que o papel do Cade é regular e não sepultar.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirmou em aparte que este não lhe pareceu um caso de monopólio e que é lamentável o Cade ter levado três anos para decidir sobre a venda da Garoto. Ele sugeriu um prazo para que o colegiado se pronuncie sobre as questões que recebe, e, caso não chegue a uma decisão no prazo, a matéria fique automaticamente aprovada.

Já para o senador Romeu Tuma (PFL-SP), naquele momento Magno Malta era o porta-voz de milhões de desempregados que estão em filas para conseguir uma vaga para capinamarato. Ele ressaltou a tolerância do Cade com a AmBev.

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) parabenizou os senadores que assinaram o requerimento.

Paim propõe campanha educativa contra racismo

■ Ele sugere elaboração de uma proposta suprapartidária envolvendo também os movimentos sociais

Ao comentar que o noticiário dos últimos dias sinaliza o fim das estruturas do *apartheid* como um processo lento tanto na África do Sul quanto no Brasil, o senador Paulo Paim (PT-RS) pediu o apoio dos demais senadores e do governo federal para a criação de uma ampla campanha de educação contra o racismo. Ele defendeu a elaboração de uma proposta suprapartidária, envolvendo também os movimentos sociais.

– Precisamos deslançar



ESFORÇO Paulo Paim pede apoio dos senadores e do governo para o movimento

uma campanha de alcance nacional e, com certeza, com repercussão internacional, que mobilize corações e mentes para enfrentarmos as práticas de extermínio racista. Precisa-

mos reagir a essa insanidade, que ameaça a vida de milhões de pessoas. Precisamos educar. Ninguém nasce racista – afirmou Paulo Paim.

Depois de ler notícia publicada na edição de hoje do *Correio Braziliense*, intitulada "Patrão joga trabalhador negro ao leão branco", Paim expressou sua indignação com a manutenção de estruturas de opressão da população negra. Segundo a matéria, um trabalhador negro sul-africano foi espancado, amarrado e jogado dentro da jaula de um leão por seu ex-patrão.

Na sessão de terça-feira, Paulo Paim havia expressado da tribuna sua revolta contra o assassinato do dentista negro Flávio Ferreira Santana, morto por policiais militares de São Paulo.

Hélio Costa pede viaduto para reduzir acidentes em Minas Gerais

Ao informar que a BR-040, que liga o Rio de Janeiro a Belo Horizonte e Brasília, tem um ponto de estrangulamento no chamado Viaduto das Almas, próximo à capital mineira, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) pediu suplementação orçamentária de R\$ 20,7 milhões para a construção de novo viaduto e um desvio, visando acabar com as frequentes mortes no local.

Costa disse não ser possível que Minas, que tem o ministro dos Transportes e uma bancada de três senadores e 53 deputados federais, não consiga do presidente da República a construção da obra.



RECEPÇÃO Emerson Fittipaldi (E) foi cumprimentado no Plenário por Eduardo Siqueira Campos (C), que presidia a sessão, e Efraim Moraes

Senadores apóiam DF na Fórmula Mundial

A pretensão do ex-piloto Emerson Fittipaldi, bicampeão mundial de Fórmula Um, de incluir a capital da República como uma das etapas do Campeonato de Fórmula Mundial (antiga Indy) tem o apoio dos três senadores pelo Distrito Federal – Paulo Octávio (PFL), Cristovam Buarque (PT) e Valmir Amaral (PMDB).

A afirmação foi feita, em discurso, por Paulo Octávio, no momento em que Fittipaldi vi-

sitava o Plenário do Senado, acompanhado de dois organizadores da prova, de um assessor do Ministério do Esporte e do secretário de Esportes do Distrito Federal, Weber de Azevedo Magalhães. Desde o final do ano passado o ex-piloto negocia a entrada de Brasília no circuito da Fórmula Mundial. Paulo Octávio informou que a intenção é realizar a primeira prova no DF em maio do próximo ano.



PERIGO Hélio Costa adverte sobre o grande número de acidentes no Viaduto das Almas



Moreira Mariz

Ana Júlia pede aprovação urgente da nova Lei de Falências

Ana Júlia: nova lei traz mudanças importantes

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) defendeu ontem a aprovação urgente do projeto da nova Lei de Falências (PLC 71/03), atualmente em debate na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Segundo ela, embora imperfeito, o projeto traz inovações importantes que permitem a manutenção das atividades da empresa em dificuldade e a diminuição dos riscos para os cre-

dores e os empregados.

Na opinião de Ana Júlia, o ideal é que, ao invés de promover a falência da empresa, com a destinação do dinheiro apurado aos credores, o negócio possa seguir em frente, evitando danos à economia e aos empregos. Ela lamentou, no entanto, que, na hipótese de falência, o texto não garanta o pagamento dos direitos trabalhistas em pri-

meiro lugar. Mesmo dando preferência aos empregados, o próprio projeto abre a possibilidade de que credores privados acabem se beneficiando desse privilégio.

– Ainda que se reconheça a necessidade de aumentar as garantias aos credores no intuito de contribuir para a redução dos *spreads* dos bancos, nada justifica o afastamento dos trabalhado-

res da posição de credores privilegiados. Felizmente, o relator da matéria garantiu que os empregados virão em primeiro lugar – disse a senadora, ao pedir mudanças no projeto, que, se em vigor, já poderia ser utilizado para resolver o problema da Parmalat.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente da CAE e relator da matéria, apoiou o discurso da senadora.

José Jorge protesta contra declarações de Mercadante

O senador José Jorge (PFL-PE), relator da reforma do Judiciário, protestou em Plenário contra declarações dos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo no Senado, e Ideli Salvatti (PT-SC), futura líder do PT, sobre a tramitação da proposição. Ele disse que Mercadante o apontou indiretamente como responsável pela não votação da reforma

porque até agora não apresentou seu parecer.

– Não apresentei meu parecer ainda porque o próprio senador Aloizio Mercadante pediu três audiências públicas sobre o assunto e uma delas ainda não foi realizada – disse José Jorge.

Quanto à senadora Ideli Salvatti, ele lamentou que ela tenha afirmado à Rádio Senado que o Congresso não apresentou resultados melhores durante a convocação inclusive por causa da reforma do Judiciário.

– Eu me sinto injustiçado. Estou tratando a reforma com a maior seriedade. Se eu quisesse partidizar o assunto, poderia criar dificuldades para o governo – acrescentou.



Célio Azeredo

UNANIMIDADE Ao lado de Genoino, Ideli afirma que é possível fechar a convocação com saldo positivo

Ideli, líder do PT, quer melhor entrosamento

■ Aprimorar o entendimento entre comissões e Plenário é um dos objetivos da senadora

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) foi escolhida ontem por unanimidade para liderar o Partido dos Trabalhadores (PT) no Senado e o Bloco de Apoio ao Governo, composto pelo PTB, PSB e PL. Ideli ocupará o cargo que era exercido pelo senador Tião Viana (AC). Um dos principais objetivos da nova líder ao longo do ano será melhorar a distribuição de tarefas

entre os senadores e aumentar o entrosamento dos trabalhos nas comissões e no Plenário, afirmou.

– No ano passado, por havermos dado prioridade às reformas da Previdência e tributária, essas questões ficaram em segundo plano. Este ano pretendemos ficar mais atentos às qualificações individuais – disse a senadora.

Ideli destacou ainda o fato de que ocupar a liderança do partido no Senado dará maior visibilidade às mulheres. Isso é importante, ressaltou, especialmente em 2004, o Ano Nacional da Mulher.

Ideli acredita que ainda é possível fechar a convocação

extraordinária com um saldo positivo, se até sexta-feira o Senado votar temas importantes como a Lei de Falências e a medida provisória que modifica as regras do setor elétrico. A senadora afirmou que houve uma certa obstrução no Senado para votar matérias importantes, como a MP que trata da conservação da Mata Atlântica. Segundo a senadora, alguns relatores não entregaram seus pareceres a tempo.

A senadora elogiou o trabalho realizado no cargo por seu antecessor, Tião Viana. O presidente nacional do PT, deputado José Genoino (SP), esteve presente à eleição de Ideli para o cargo.

Privatização de banco mostra incoerência do PT, diz Azeredo

O início do programa de privatização dos bancos estaduais federalizados pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva é, para o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), mais um ato de incoerência da gestão petista. Em discurso ontem, ele lembrou como foi criticado quando entendeu que não cabia mais ao Estado manter bancos deficitários. “Nada como um dia após o outro”, comentou o senador e ex-governador de Minas Gerais.

De acordo com Azeredo, o ato de privatização pela gestão do PT significa que o partido hoje reconhece que errou no passado e que o programa de privatização dos bancos implementado pelo governo Fernando Henrique era bom. Em sua opinião, os bancos estaduais não cumprem mais sua função de oferecer juros menores à população.

O senador Eduardo Azeredo manifestou preocupação com a Companhia Elétrica Cataguases Leopoldina, que se desentendeu com seus sócios estrangeiros e corre risco de desnacionalização.



Moreira Mariz

Para Azeredo, PT errou ao criticar privatização

Célio Azeredo



José Jorge diz que audiência pública atrasa reforma

Gerar emprego deveria ser prioridade do governo, cobra Mão Santa

Após afirmar que não precisa ser médico para diagnosticar que a principal doença do Brasil é o desemprego, o senador Mão Santa (PMDB-PI) disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva precisa buscar como prioridade de seu governo a geração de empregos. O parlamentar informou, com base em reportagem do jornal *Zero Hora*, que foram criados 15,3% menos pos-

tos de trabalho no primeiro ano do governo petista que em 2002.

Mão Santa considera fundamental atacar o desemprego como forma de trazer riqueza e felicidade ao povo brasileiro. Mas sua preocupação também se volta com os gastos do governo brasileiro com o pagamento dos juros da dívida.

– Em relação ao nosso PIB (Produto

Interno Bruto), gastamos, em 2003, 8% só com juros. Foram R\$ 145,2 bilhões, valor mais alto já registrado no país – revelou, a partir de matéria do jornal *Folha de S. Paulo*.

Apesar dessa despesa, que coloca o Brasil como o quarto colocado no mundo em gastos com juros, o senador pelo Piauí observou que a dívida brasileira cresceu no período.

– É este o tamanho da riqueza que jogamos no lixo todos os anos – assinalou.

Mão Santa considerou “infeliz” a defesa do governo feita pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que teria reagido a críticas à gestão petista afirmando que governar é difícil. Em resposta, Mão Santa disse que governar é coisa velha, que remonta à Grécia antiga.



Moreira Mariz

Mão Santa critica gastos com juros da dívida



Genaldino Magalhães

Discursos presidenciais são “deploráveis”, afirma Jefferson Péres

Jefferson: presidente fala banalidades

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) manifestou ontem sua preocupação com os pronunciamentos feitos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva dizendo que os discursos lidos por Lula “são deploráveis”, enquanto os improvisos “são tautológicos”, reunindo “um amontoado de lugares-comuns”.

– O presidente parece um Conselheiro Acácio, a dizer banalidades com a

imponência de quem está dizendo algo muito original – afirmou, comparando Lula ao personagem do livro *O Primo Basílio*, do português Eça de Queiroz.

Jefferson observou que o *ghost writer* (em inglês, literalmente, “escritor fantasma”, expressão que define a pessoa que escreve discursos para outros) de Lula deve ser muito ruim. E os presidentes brasileiros sempre tiveram

ghost writers bons, comparou, citando Lourival Fontes, que escrevia para Getúlio Vargas, e Augusto Frederico Schmidt, que trabalhava para Juscelino Kubitschek.

O senador citou frases do presidente para ilustrar sua preocupação: “É muito mais fácil acabar com a fome no mundo do que acabar com uma nação ou fazer uma guerra”; “Se fosse fácil

acabar com a fome, outros já teriam resolvido”; “Não tem ser humano 100% mal como não tem 100% bom”.

Ele lamentou também que o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, tenha afirmado que seu ministério não é mais “uma bodega”.

– Como fica o PMDB? Os ministros [anteriores] foram todos do PMDB – ironizou.

Alvaro Dias critica “verborragia” de Lula em SP

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva feitas ontem, na Feira Expo Fome Zero, em São Paulo. O senador afirmou que elas “não passam de verborragia”. Na cerimônia, o presidente disse que fez um “milagre em 13 meses de governo e que acabar com o problema da fome é uma questão de tempo”.

– Essa verborragia do presidente não impressiona mais – afirmou Alvaro. Ele citou pesquisa da CNT-Sensus que aponta para a queda de popularidade de Lula.

– A desfaçatez na gestão do PT não tem precedentes na história republicana – afirmou o senador. Para ele, o corte no Orçamento da União indicaria que a gestão Lula não tem diretriz estratégica e que seus únicos compromissos são de natureza fiscal.

Alvaro Dias apresentou também requerimento de informações sobre o concurso 529 da Mega-Sena, que premiou 15 pessoas que acertaram os seis números, todas elas de uma mesma região.

Suassuna: viagens de Lula trazem benefícios ao país

Senadores têm opiniões divergentes sobre as visitas do presidente da República ao exterior

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem as viagens internacionais do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e criticou a maneira como a imprensa tem tratado a sua atuação diplomática. Na opinião do senador, fala-se muito sobre as viagens e encontros do presidente com outros líderes, mas “nenhum veículo de comunicação teve, ainda, a capa-

cidade de apreender o alcance econômico e a forte simbologia política que a viagem presidencial brasileira enseja para o país”.

Suassuna destacou a recente viagem presidencial à Índia, que incluiu em sua comitiva diversos ministros importantes da área econômica. Para ele, o governo dá mostras de que busca fundir um projeto de modernização tecnológica sem se esquecer do compromisso moral de corrigir as desigualdades no Brasil e no mundo. Assim, continuou, a aproximação



Ney Suassuna rebate críticas da imprensa

com países como Índia, China, África do Sul e Rússia não significa uma “tentativa pueril” de reavivar a ideologia do terceiro-mundismo.

O senador Almeida Lima (PDT-SE) disse em aparte que não é por milagre que a Índia tem alcançado resultados positivos em sua economia, “ape-

Heloísa Helena condena a privatização dos bancos

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) afirmou ontem que é constrangedor verificar que o governo Luiz Inácio Lula da Silva dá continuidade à política de privatização de Fernando Henrique Cardoso, combatida pela então oposição petista. Ela se referia ao processo de privatização dos bancos federalizados, iniciado com a venda do Banco do Estado do Maranhão (BEM), ocorrida nessa terça-feira, num leilão vencido pelo Bradesco.

Ao registrar sua decepção com o governo, Heloísa Helena admitiu que Lula foi eleito com muita esperança, mas que agora se revela subserviente ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

– Isso é uma demonstração de que eles estão a serviço dos gigolôs do mercado internacional – declarou.

Heloísa Helena criticou também o fato de o governo ter lançado proposta de confiscar terras de quem mantém trabalho escravo somente após o assassinato de fiscais federais em Unai. Para a parlamentar, o que ocorreu foi “jogo de mídia”.



Heloísa Helena se diz decepcionada com governo

Demostenes: governo demora a agir

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) disse ontem que o governo Luiz Inácio Lula da Silva administra a partir do “esperar acontecer, ou seja, aguarda que a tragédia se confirme” para, logo após afirmar que o problema tem origem no descaso de administrações anteriores e que, hoje, “embora haja vontade de fazer, não existem recursos para socorrer os desvalidos”.



Para Demostenes, Executivo só atua após a tragédia

Para o parlamentar, “há extraordinária capacidade de oferecer saídas desavergonhadas, como a sugestão de liberar o FGTS para o sertanejo custear a reconstrução do que a chuva levou”.

– Seria esse um ensaio da parceria público-privada que o governo pretende fazer para remodelar os investimentos em infra-estrutura no país? – questionou Demostenes. Ele destacou ainda o

aspecto “perdedor” do programa Fome Zero, “que paga o preço de sua concepção publicitária”.

O senador por Goiás referiu-se também à queda de popularidade do presidente e do governo nas pesquisas de opinião pública.

– O pior da pesquisa, e que o Palácio do Planalto não comenta, é a avaliação negativa, ou seja, aqueles que descorçaram [desanimaram-se] com o governo. Após um ano, caiu o índice de avaliação positiva do governo – observou.

Efraim Morais teme que auxílio só chegue após as chuvas

O senador Efraim Morais (PFL-PB) voltou a apontar a falta de ação do governo Luiz Inácio Lula da Silva diante da situação de calamidade pública que atinge a região Nordeste.

– Não admito que o governo diga que só vai resolver o problema dos desabrigados após as chuvas – afirmou.

Como a tendência é de que o período chuvoso se estenda até junho, o

parlamentar indagou como as vítimas das enchentes poderão aguardar pela chegada do auxílio do poder público.

As críticas formuladas por Efraim se estenderam a outras áreas do governo Lula. O senador pefelista protestou contra o anúncio de corte de 80% da verba para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). “Tem algo errado nesse governo”, declarou, ressaltan-

do que, não obstante a disposição de fazer o corte, o governo resolveu impulsionar a tramitação de projeto de lei que dispõe sobre o combate ao trabalho escravo no país.

Para Efraim, o “descontrole” que ele aponta na gestão petista também existe na condução do Partido dos Trabalhadores.

– Enquanto o PT defende o deputa-

do federal Antônio Nogueira (PT-AP), cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral por fraudar a emissão de carteiras de habilitação, expulsa a senadora Heloísa Helena por assumir a defesa do funcionalismo público – comentou.

São situações como essas, na opinião do senador, que mostram a “omissão e a falta de solidariedade e ação do governo e do PT”.



Efraim Morais afirma que falta ação governamental

Tuma quer manter verba contra trabalho infantil

Senador teme que corte de recursos possa levar crianças ao tráfico de drogas e à prostituição

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) apelou ontem ao governo para que não corte a verba destinada ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Na opinião do senador, o corte não só levará as crianças de volta a trabalhos prejudiciais à saúde como também ao tráfico de drogas e à prostituição infantil.

O senador lembrou que, em atividades como a fabricação artesanal de tijolos, as crianças perdem a chance de desenvolverem adequadamente a sua estrutura física. E o pior: po-



Roosevelt Pinheiro

RISCO Menores podem se tornar peso para famílias, adverte Romeu Tuma

dem até terem dedos e mãos decepados. Para as famílias, esses menores podem sair da condição de arrimos ou auxiliares na obtenção de renda para a condição de pesos, em razão das deficiências adquiridas.

Tuma abordou o problema

do corte nas verbas do Peti depois de descrever as emoções que sentiu durante a apresentação, em São José dos Campos, do Embraer-190, avião produzido pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer).

Na abertura da Expo Fome Zero, em São Paulo, empresas lideradas pela Franca, entidades da classe empresarial e organizações não-governamentais mostraram na feira o que estão fazendo em matéria de combate à fome.

– Ali ficou claro que o setor produtivo e o terceiro setor não estão esperando o Estado para agir, o que me deixou bastante esperançoso – afirmou Tuma.

Lúcia Vânia defende a continuidade do Peti

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) manifestou sua inconformidade com a decisão do ministro especial de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, de repassar os recursos destinados ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) para o programa Bolsa-Família, por entender que este último é mais abrangente.

– O governo Lula não entendeu as diferenças entre os programas sociais implantados no país. O Peti não é uma bolsa, é um programa integrado com parcerias amplas com os sindicatos de trabalhadores e de empresários, com governos



Roosevelt Pinheiro

INTEGRAÇÃO Lúcia Vânia lembra que programa tem parcerias com várias entidades

municipais e estaduais para retirar a criança do trabalho degradante, reintegrá-la às salas de aula – explicou.

Segundo Lúcia Vânia, a experiência demonstra que o simples repasse de uma quantia à família do trabalhador infantil não fará com que ele abandone o emprego. Sem parceria com os sindicatos, empresários, escola e família, o menor não mudará de vida, por ter dificuldades de se integrar à escola, onde precisará de aulas de reforço para poder acompanhar a turma.

Para a senadora, o governo Lula não tem o direito de macular um programa que conseguiu retirar de trabalho degradante toda uma geração de crianças que tiveram restaurados seus direitos à escola.

Programa atua no retorno da criança à escola

O Brasil ratificou as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão das Nações Unidas, contra o trabalho infantil. A Convenção nº 138 proíbe o trabalho de menores de 14 anos. A Convenção nº 182 lista as piores formas de exploração de menores. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), implementado já no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, visa erradicar a exploração

de crianças e adolescentes como mão-de-obra barata no país. Seu primeiro alvo foi o trabalho precoce nas minas de carvão de Mato Grosso do Sul. Posteriormente, o programa foi estendido para o resto do país.

O Peti está centrado na educação das crianças e atua no reingresso, na permanência e no sucesso escolar. Para isto, distribui às famílias um complemento de renda, destinado a compensar o que seria obtido

com o trabalho infantil. São R\$ 20,00 por criança em áreas rurais e R\$ 10,00 em áreas urbanas.

Em 2002, o Peti atendeu a 770 mil menores. Hoje, de acordo com o site do Ministério da Assistência Social, atende a 810 mil crianças e adolescentes. A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) tem defendido a manutenção e a ampliação do Peti, alertando para os possíveis efeitos do contingenciamento orçamentário.

Mantega explicará contingenciamento

O ministro do Planejamento, Guido Mantega, concordou em explicar pessoalmente aos deputados e senadores o contingenciamento que o governo anunciou para as verbas do Orçamento deste ano. A informação foi passada à Comissão Mista de Orçamento pelo deputado Gilmar Machado (PT-MG). As explicações do ministro foram solicitadas pelo PFL, partido de oposição, em requerimento apresentado à comissão.

Apesar do anúncio da presença do ministro, a Comissão Mista de Orçamento não conseguiu iniciar ontem a votação do Plano Plurianual (PPA), que lista todos os investimentos do governo federal até o final de 2007. Não houve quórum e o presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), convocou nova reunião para as 10h de hoje.

A tentativa de votação do PPA foi tumultuada, com parlamentares da oposição fazendo críticas ao governo por ter anunciado o contingenciamento orçamentário. O depu-



Márcia Kalume

TENTATIVA Gilberto Mestrinho convocou nova reunião para votar PPA às 10h de hoje

tado Cláudio Cajado (PFL-BA) sustentou que “alguém mentiu para o Congresso: ou foi o relator do orçamento, deputado Jorge Bittar, ou o ministro do Planejamento. O primeiro disse que tinha garantias do governo de que o orçamento seria cumprido integralmente. O ministro anunciou o contingenciamento”.

O petista Gilmar Machado disse que o “que está em jogo é que a oposição não quer cortes nas emendas coletivas dos parlamentares, alguns pressionados por governadores”.

César Borges critica corte de R\$ 6 bi no Orçamento da União

O anúncio de corte de R\$ 6 bilhões no Orçamento Geral da União (OGU) em 2004 foi alvo de críticas do senador César Borges (PFL-BA) ontem.

– Apesar da promessa reiterada pelo atual governo de que 2004 seria o ano do crescimento econômico e da geração de emprego e renda, anuncia-se um corte orçamentário onde quem mais perde são os setores social e de infra-estrutura – lamentou.

Segundo reportagem do jornal *O Globo*, citada pelo pefelista, os Ministérios da Saúde e da Educação poderão sofrer um enxugamento, respectivamente, de R\$ 800 milhões e R\$ 170 milhões. Mas César Borges previu prejuízos muito mais graves no contingenciamento na infra-estrutura. Enquanto o Ministério dos Transportes corre o risco de perder R\$ 940 milhões, apesar dos danos causados pela chuva em 40% da malha rodoviária federal, o Ministério



Gerardo Magalhães

PREJUÍZOS César Borges alerta que Integração poderá perder R\$ 600 milhões este ano

da Integração Nacional pode deixar de receber R\$ 600 milhões.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) considerou que não haveria mais cortes no Orçamento da União se o orçamento impositivo estivesse em vigor. O senador Efraim Morais (PFL-PB) manifestou preocupação quanto a desvios na liberação de recursos para emendas individuais de parlamentares.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos e Romeu Tuma